



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS DE CHAPECÓ

CURSO DE GEOGRAFIA

CRISTIANE DEIMLING

**COLONIZAÇÃO, PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL E
AGROINDÚSTRIAS EM SÃO CARLOS:
DAS “FÁBRICAS DE BANHA” AO FRIGORÍFICO SÃO CARLOS (FRISCAR)
– DÉCADAS DE 1930 A 1970.**

CHAPECÓ

2014

CRISTIANE DEIMLING

**COLONIZAÇÃO, PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL E
AGROINDÚSTRIAS EM SÃO CARLOS:
DAS “FÁBRICAS DE BANHA” AO FRIGORÍFICO SÃO CARLOS
(FRISCAR) – DÉCADAS DE 1930 A 1970.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito para a obtenção de grau de
licenciatura em Geografia da Universidade
Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Brandt

CHAPECÓ

2014

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Deimling, Cristiane Danieli
COLONIZAÇÃO, PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL E
AGROINDÚSTRIAS EM SÃO CARLOS: DAS FÁBRICAS DE BANHA AO
FRIGORÍFICO SÃO CARLOS FRISCAR DÉCADAS DE 1930 A 1970./
Cristiane Danieli Deimling. -- 2014.
51 f.

Orientador: Marlon Brandt.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Geografia Licenciatura , Chapecó, SC, 2014.

1. Povoamento e colonização do Oeste Catarinense. 2.
Colonização e pequena produção mercantil. 3.
Modernização e desenvolvimento do setor agroindustrial
no Oeste catarinense o caso do Frigorífico São Carlos
Friscar. I. Brandt, Marlon, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CRISTIANE DEIMLING

**COLONIZAÇÃO, PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL E
AGROINDÚSTRIAS EM SÃO CARLOS:
DAS “FÁBRICAS DE BANHA” AO FRIGORÍFICO SÃO CARLOS (FRISCAR)
– DÉCADAS DE 1930 A 1970.**

Trabalho de conclusão de curso graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em geografia da Universidade Federal da Fronteira sul.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Brandt

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
05 de Dezembro de 2014. -

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marlon Brandt – UFFS



Prof.ª D. Ederson do Nascimento - UFFS



Prof.ª D. Ricardo Scherma - UFFS

Chapecó, 05 de dezembro de 2014.

Dedico:

Ao meu pai Luiz.

Minha mãe Ida.

Carla, minha irmã.

Daniel, meu irmão.

Naiara, afilhada sobrinha.

Natália, sobrinha.

Júlio Cesar, cunhado.

Rogério, paciência e amor.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Luiz, a mãe Ida. Exemplo.

Ao Rogerio, paciência, amor e incentivo.

Ao Professor Mestre Doutor Marlon Brandt. Orientador.

À Banca, professor Ederson Nascimento e Ricardo Scherma.

Aos professores do curso de Geografia Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Aos discentes, do curso de Geografia Licenciatura. 2010-2014. Docentes.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte do curso e do Trabalho de Conclusão de Curso, o meu muito obrigado!

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo compreender a colonização, pequena produção mercantil e agroindústrias em São Carlos das “fábricas de banha” ao frigorífico São Carlos (friscar) nas décadas de 1930 a 1970. Com o início da ocupação, instalaram-se nos nascentes quadros urbanos que se formavam acompanhando a colonização, diversos artesãos, comerciantes, padeiros, sapateiros e fabricantes de banha e embutidos, cuja produção visava o atendimento do mercado local, podendo ser também a comerciantes. Estes se dedicavam à atividade de intermédio entre a pequena produção mercantil e a venda para outros centros urbanos, sobretudo as grandes cidades do Sul e Sudeste. Para alguns desses comerciantes, a atividade de compra-venda propiciou o acúmulo de capital excedente, o que fez com que investissem na aquisição de casas comerciais, no processamento da matéria prima, e posteriormente a aquisição de pequenas fábricas. Muitas dessas pequenas produções mercantis ou fábricas formadas com o capital comercial dariam origem, anos mais tarde, a muitas das grandes empresas agroindustriais da região, além de outras que não viriam a empreender.

Palavras Chave: São Carlos, colonização, pequena produção mercantil, agroindústria.

SUMÁRIO

Introdução.....	09
1. Povoamento e colonização do Oeste Catarinense	15
2. Colonização e pequena produção mercantil no Oeste Catarinense.....	27
3. Modernização e desenvolvimento do setor agroindustrial no Oeste catarinense: o caso do Frigorífico São Carlos (Friscar).....	38
Considerações Finais	47

INTRODUÇÃO

A colonização do Oeste de Santa Catarina tem início nos anos posteriores ao acordo de limites entre o Paraná e Santa Catarina em 1916. A maior parte das pessoas que migram para a região eram colonos de origem alemã e italiana provenientes do Rio Grande do Sul, devido à escassez de terras e o excedente populacional (WAIBEL, 1949). Nesse contexto, surgem nos nascentes núcleos coloniais, algumas casas comerciais, além de serrarias, pequenas oficinas mecânicas, fabricantes de banha e derivados de carne, destinados tanto ao atendimento local quanto a comercialização, com outras regiões, que ocorria principalmente via estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, com cidades do Sul e da região Sudeste. (GOULARTI, 2001). A maioria destes negócios era local formado por pessoas de origem simples e modesta, filhos de artesões ou comerciantes que viviam da importação/exportação do sistema colônia/venda, além de representantes comerciais. (ESPÍNDOLA, 1999). E foram essas atividades, juntamente com as pequenas produções mercantis destinadas ao aproveitamento da carne dos suínos criados na região, os embriões do atual setor agroindustrial do Oeste catarinense.

Dentre esses empreendimentos, é possível destacar a empresa Perdigão, de Saul Brandalise, fundada em Videira, a empresa Sadia, de Atílio Fontana, em Concórdia e a Chapecó, do empresário Plínio Arlindo de Nês. Além dessas empresas de maior porte, outras surgiram, de duração efêmera ou não, que se destinavam a produção de banha e derivados de carne suína e bovina, como ocorreu, por exemplo, na região onde se encontra o município de São Carlos e que deram origem na década de 70 ao Frigorífico São Carlos (Friscar). Dessa maneira, o objetivo da pesquisa é analisar a dinâmica dessas pequenas produções mercantis de carne e banha no município, bem como o surgimento e as atividades de uma empresa destinada a produção de carnes, a Frigorífico São Carlos S/A, a Friscar, ao longo de sua breve existência, na década de 1970. Ao se estudar esse processo de colonização e desenvolvimento dessas atividades no Oeste, busca-se também compreender que da mesma forma que o que acontece no lugar, se reproduz em nível regional, que vem a ter relação na economia estadual e nacional.

A pesquisa, dessa maneira, enquadra-se dentro da geografia histórica, cujo objetivo é o de evidenciar o enfoque geográfico do passado. Esse ramo da geografia, como aponta Antônio Carlos Robert Moraes (2011, p. 75-75) é um “caminho de reconstituição (em várias escalas) do processo de formação dos atuais territórios”. Nessa análise do espaço, não se pode restringir a

descrição das formas e paisagens do passado, deve-se procurar compreender, conforme Paul Claval (2004, p.71) “[...] as relações complexas que se estabelecem entre os indivíduos e os grupos, o ambiente que eles transformam as identidades que ali nascem ou desenvolvem”.

No ano de 1927, inicia-se o processo de colonização do município de São Carlos – SC, através da Companhia Territorial Sul Brasil. Pequenos grupos, em sua maioria descendente de alemães, vindos do Rio Grande do Sul “Colônia Velha” da região do Vale do Rio Taquari, cidades de Santa Cruz do Sul, Lajeado, Venâncio Aires, Estrela, Arroio do Meio, Montenegro e São Sebastião do Cai dão início a ocupação das terras. A maioria dos colonos veio atraída por ofertas de terras férteis e uma boa oportunidade de adquirir a terra a um bom preço. Até o ano de 1938, São Carlos pertencia ao Distrito de Linha Passarinhos Palmitos, sede da colônia São Carlos, quando passou a compor o 14º distrito de Chapecó. Situação que permaneceu até o dia 30 de dezembro de 1953, quando a Assembleia Legislativa de Santa Catarina concedeu sua emancipação político administrativa. A instalação do município ocorreu no dia 21 de fevereiro de 1954. Pertenciam na época ao território do município de São Carlos, os atuais municípios de Modelo, Pinhalzinho, Saudades, Cunhataí. (PMSC, 2014). Abaixo mapa de localização do município de São Carlos – SC.



Figura 1: Mapa de localização do município de São Carlos – SC.

Fonte: BEDIN, 2014.

Ao se iniciar a elaboração desta pesquisa, o primeiro desafio foi o de levantar informações sobre essas atividades econômicas do município. Uma das primeiras dificuldades encontradas foi a escassez de material que tenha um aprofundamento maior em relação à história e à economia do município no período. Existe uma tendência verificada em obras que tratam do Oeste em geral a respeito da pouca atenção dada aos empreendimentos que não deram certo. Há todo um discurso de sucesso por trás do colono empreendedor, cujos empreendimentos falidos são esquecidos.

Na historiografia do município encontram-se breves passagens descrevendo o processo, sem muita importância. São obras de livros locais como “Conhecendo São Carlos” da escritora local Zenaide Schimtz (2004), o livro é uma pesquisa da autora no sentido de construir o processo histórico de colonização do município de São Carlos- SC. (KERBES, 2004). Outro livro que abrange o município é o livro de Tutz Culmey (1987) intitulado “A filha do pioneiro”, que retrata as experiências da mesma vivida e sentidas ao lado de seu pai, o diretor da Companhia colonizadora Sul Brasil Carlos Culmey, que aborda de forma geral a região de São Carlos, Palmitos. (HEWIG, 1987). O livro intitulado “Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: a atuação da Companhia Colonizadora Sul Brasil” do professor Alceu Antônio Werlang (2006). O livro serve de base para a análise do surgimento da pequena produção mercantil, à atividade frigorífica.

A pesquisa pretende se debruçar sobre o estudo autores específicos, relacionados à geografia da região Oeste de Santa Catarina. O estudo de Carlos Jose Espindola (1999), no livro “*As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*”, a partir da leitura é possível entender a trajetória das agroindústrias na região oeste, a partir da análise da imigração alemã e italiana, a instalação na pequena propriedade rural reproduzem a lógica de reprodução da pequena produção mercantil, que oportuniza aos mesmos a acumulação do capital excedente, resultado do acúmulo das casas comerciais. O processo de acumulação vai gerar os mecanismos necessários para que se desenvolva a consolidação e expansão do capitalismo no setor agroindustrial. O livro do referido autor traz a análise da articulação do estado/empresário na inserção da atividade agroindustrial na região, a partir de incentivos fiscais e a expansão agroindustrial.

O livro do referido autor serve de base para analisar de que forma ocorreu a padronização da matéria prima, quais foram os mecanismos necessários e utilizados, além de buscar entender a partir da leitura, a estrutura industrial, os meios técnicos e científicos utilizados pelas empresas.

No contexto da formação da atividade agroindústria leu-se a tese de doutorado de Noeli Pertile (2008), que através da mesma analisamos o surgimento da matéria prima, que vai abranger o comércio de suínos na formação e reprodução dos capitais locais, que é a partir desse fator que vai haver o surgimento do comercio de suínos e banha no comercio nacional, aspectos que vão fazer parte da analise sobre o município de São Carlos. O comércio de banha é o elemento que vai gerar a implementação dos primeiros frigoríficos na região oeste.

Além das fontes bibliográficas, ocorreu entrevistas com depoimentos de moradores da região. A importância dos depoimentos para a elaboração do trabalho deve-se principalmente ao fato de não existir muitos dados escritos referentes à pequena produção mercantil e a construção do Frigorifico Friscar. Dessa forma se fez necessário recorrer à história oral. A fonte oral é importante no intuito de cobrir as lacunas deixadas na bibliografia e gerar novas informações sobre o período.

O uso da fonte oral acrescenta uma dimensão viva, inclui uma nova perspectiva onde há a necessidade de documentos variados e eles não são apenas escritos. A história oral é uma prática muito antiga, que está ligada aos contos populares, ao universo da comunicação humana. Dessa forma a historia surgiu, até se tornar a escrita do depoimento realizado, da impressão que se registra, ela deve se uma forma de perpetuar da maneira mais segura possível a impressões das vivências, lembranças do passado. A história oral deve registrar, perpetuar as vivencias impressões, lembranças dos indivíduos que se dispõem a compartilhar a sua memória com a coletividade, e permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações, de outra forma não nos seria possível compreender em sua totalidade. (MATOS; SENNA, 2011).

Para reconstruir as práticas sociais e espaciais no passado, utilizando a história oral, buscaram-se pessoas que pudessem ter o conhecimento sobre o período. Esses depoimentos foram o momento mais importante da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, pois através deles foi possível imergir nas práticas e vivências desses moradores no passado, e o fato dos mesmos me conhecerem na maioria fez com que se sentissem a vontade para dar o máximo

de informações¹. Algumas das dificuldades, no entanto, estiveram relacionadas à alguns lembrarem datas e anos, conseguem relacionar os fatos, mas não conseguem precisar o período exato.

As famílias visitadas na maior parte eram residentes da área urbana do município de São Carlos. Por se relacionar com a economia no início do núcleo colonial, na primeira parte foram buscadas informações referentes à pequena produção mercantil, sendo a maior parte das informações coletadas em entrevista cujos filhos eram proprietários do Frigorífico Hoss, Atílio Hoss e posteriormente Palmira Hoss. Outra entrevistada foi Dulce Werlang, cuja família era proprietária de uma casa comercial no centro do município. Leoniza Hinterhoz cuja entrevista foi à compreensão do contexto da instalação da unidade de abate de suínos e a migração para o município de São Carlos. A compreensão do contexto da instalação e início das atividades da Friscar, foi entrevistado foi Cleto Malmann, trabalhador do Frigorífico, de 1972, até o término das atividades em 1976. Não foi adaptado roteiro fixo de entrevistas.

No período de realização da pesquisa, realizei visita à casa da memória de São Carlos, a biblioteca Pública de São Carlos, o Centro de Memória do Oeste CEOM, o acervo da câmara de Vereadores do município de São Carlos, a Prefeitura Municipal de São Carlos e a Fundação Aury Bodanese. A maior parte das informações referentes a São Carlos não foram encontradas em papéis, mas sim nas fontes orais acima descritas. Foram também pesquisadas fontes documentais como relatórios, ofícios, registros cartoriais, jornais e fotografias relacionadas à pesquisa.

A pesquisa foi dividida em três capítulos. O capítulo I contextualiza o povoamento e colonização do oeste de Santa Catarina, e a atuação da Companhia Colonizadora Sul Brasil. No capítulo II, aspectos da colonização e pequena produção mercantil no oeste, com ênfase ao município de São Carlos. No capítulo III, a modernização e desenvolvimento do setor agroindustrial no oeste catarinense, o surgimento do Frigorífico São Carlos, Friscar e a consolidação do complexo agroindustrial.

1

Essas entrevistas fazem parte do projeto de extensão intitulado *Memória histórico-geográfica do Planalto e Oeste de Santa Catarina: imagens e oralidades*, fazendo parte do acervo do projeto.

1. Povoamento e colonização do Oeste Catarinense.

A diferenciação da vegetação no oeste de Santa Catarina, composta por campos e florestas, oportunizou diferentes formas de uso do espaço, o que resultou em diferentes paisagens. Ocupada durante séculos por diferentes grupos indígenas, a partir do século XVIII, a região passou a ser ocupada por luso-brasileiros, a partir da expansão das atividades relacionadas à criação e transporte de gado no Sul do Brasil, o que resultou na interligação do Rio Grande do Sul com São Paulo. Nos estados sulinos estabeleceram-se fazendas e invernadas nas áreas de campo, que apareciam em meio às florestas. Essas, na maioria das vezes eram consideradas um obstáculo. Sua existência impedia uma maior área de campo, ou seja, de alimento para o gado. A floresta, um espaço marginal nesse contexto representou para uma parcela da população, oriundas principalmente das áreas de campos, composta por ex-escravos, negros libertos, pequenos fazendeiros, ex-peões ou ex-agregados, a possibilidade de obterem o acesso à terra, promovendo a interiorização do povoamento, sob o regime de posse. (BRANDT; NODARI, 2011).

Conhecidas como caboclas² essas famílias instalavam-se sobretudo em áreas que acompanhavam os vales dos leitos dos rios. A principal atividade econômica a qual se dedicavam era a agricultura e a criação de animais, com o excedente comercializado com os tropeiros, ou nas vilas e cidades próximas, na base da troca. Nas terras praticavam o que Arlene Renk (2006) denominou como “roça cabocla”, a prática era dividir as terras em “terras de criar” e “terras de plantar”. As primeiras dizem respeito a toda a floresta, a área de posse, que seriam pequenas áreas de campos, que eram abertas naturalmente ou não, cultivavam principalmente o suíno e o gado nestes locais. O porco vivia nas florestas, alimentava-se das frutas e sementes, principalmente o pinhão, devido a predominância da araucária na região. Dentre as atividades extrativistas encontravam-se a extração de mel, de cipós para extrair corantes para a lã, plantas medicinais e a erva-mate, além de dedicar-se a caça. As “terras de plantar” eram o local onde ocorria a abertura da mata, para o cultivo, onde ocorria a rotação de terras, cercavam as terras com toras das árvores e cascas. Desta forma evitavam a invasão dos animais, cultivava milho, feijão, batata doce e abobora. (BRANDT, NODARI, 2011). Essas populações, segundo Brandt e

² A definição de população cabocla seria o habitante do planalto, o habitante do planalto, o homem pobre do meio rural. De origem mestiça, negro, pequeno lavrador, posseiro, agregado ou peão. (BRANDT, SILVA, 2014).

Nodari (2011, p.82) desenvolveram ao longo desse processo, “a partir do contato com diferentes grupos, a adotar e desenvolver práticas sociais condizentes com o meio em que viviam, além do conhecimento sobre o funcionamento de seu ecossistema e a utilização de seus recursos”.

O processo de colonização, a partir dos anos de 1920 significou uma série de transformações na vida dessas populações. Passou a ocorrer a partir de então a expropriação dessas famílias caboclas, pois as mesmas não se adaptavam a nova lógica sócio-espacial, que possuía o objetivo de civilizar o oeste, para o caboclo, índio que vivia em meio a floresta, significa a total ruptura com o modo de vida, com as tradições cultivadas ao longo dos anos no interior da floresta. Segundo Brandt, Nodari (2011, p.88):

A expropriação de diversas famílias caboclas, juntamente com a colonização e devastação da floresta, gradualmente desarticulou seu modo de vida e sua territorialidade, firmada pelo sentimento de pertencimento ao lugar, expressa em sua sociabilidade e o uso da terra e de seus recursos. Cada vez mais, a partir de então, foi imposta uma imobilidade, confinando e concentrando essa população em áreas acidentadas, de pouco valor econômico, caso conseguissem permanecer em parte de suas antigas terras ou nas periferias das vilas e cidades que passaram a surgir com o desenvolvimento dos núcleos coloniais e serrarias.

Essas famílias caboclas que residiam nas florestas, que viviam da subsistência que a natureza oferecia, sofreram o processo de desarticulação e perda de pertencimento ao lugar em que viviam decorrentes do processo de colonização que seria iniciado. A colonização, no discurso político e econômico era visto, na época como a responsável em introduzir o “progresso e desenvolvimento”, excluindo, no entanto, as famílias caboclas que ocupavam aquelas imensas áreas de terra, em detrimento da chegada de novos ocupantes, sobretudo de origem alemã e italiana. (BRANDT; NODARI, 2011).

As autoridades não reconheciam as populações que tradicionalmente habitavam a região. A baixa ocupação desse espaço, sobretudo por se encontrar na região de fronteira com a Argentina preocupava as autoridades políticas e os intelectuais da época, a região necessitava ser conquistada, um lugar de terras ricas, mas que deveriam ser integradas à economia capitalista. Para o governo da época, isso deveria ser efetivado pela colonização, pois ela, segundo Waibel (1949, p.172):

[...] é a política de povoamento e desenvolvimento de áreas desabitadas. Este tipo de colonização depende, em grande parte, de fatores políticos, que frequentemente são instáveis e interferem com uma sã administração das colônias. Para uma companhia particular, colonização quer dizer negócio; ela quer ganhar dinheiro e é certo que o ganhará se conseguir uma boa qualidade de terra e gente também de boa qualidade. A administração se baseia estritamente em princípios econômicos e, em circunstâncias normais, não é prejudicada por interferência política. Esta é a razão pela qual as companhias particulares foram tão bem sucedidas na colonização do sul do Brasil, e Santa Catarina foi a região em que o princípio foi aplicado pela primeira vez em larga escala.

A partir da visão do governo em colonizar e povoar, para desenvolver áreas desabitadas, o que mais interfere na decisão de colonizar são os interesses políticos, a instabilidade da região, tanto por disputas internacionais, envolvendo o Brasil e a Argentina, quanto por disputas estaduais e mesmo conflitos, como a Guerra do Contestado. (HEINSFELD, 2003).

Ao tratar da conquista da terra do oeste, não se dizia respeito apenas às terras existentes na região, mas também as populações tradicionais que viviam no lugar. O espaço do Oeste era visto como um “vazio demográfico” ou um sertão. A conquista das terras do Oeste não dizia respeito apenas ao território. Segundo Radin (2008, p. 100),

[...] não se tratava apenas da conquista do território de um novo delineamento na cartografia, mas também da conquista das populações que nele viviam. Os “Jecas”, “os caipiras” “os caboclos” e os bugres, pela incapacidade e inferioridade cultural e étnica, não se prestariam à promoção do progresso ambicioso e apregoado. Aos olhos da intelectualidade, dos governantes e das elites, esta condição de sertão, de puro mato, de abandono e de improdutividade incomodava muito, pois contrariava a possibilidade de construir a modernidade e de colocar o país no caminho das nações mais avançadas.

O objetivo de colonizar o oeste de Santa Catarina era “conquistar” aproveitar os recursos naturais, que a natureza oferecia. Para isso, deveria ter um aproveitamento econômico racional, levando a expansão do progresso e da civilização, para um lugar “atrasado” e “abandonado”. Para Radin (2008, p. 101). “os governos e as elites brasileiras difundiam a necessidade de que pessoas qualificadas efetivassem a colonização do interior do país em particular do oeste catarinense”. A descrição do oeste no período anterior a colonização, demonstram a insatisfação com o modo de vida do povo que habitava o oeste. Conforme Radin (2008, p. 103):

A mata virgem, a capoeira, a pequena roça, a criação de animais soltos, entre outros eram sinais do atraso e demonstravam a incapacidade de trabalho das populações ali residentes. Elas não “aproveitavam convenientemente” as muitas riquezas que a natureza oferecia. Desse modo, entendia-se justo que em nome do progresso da sociedade catarinense e brasileira, fosse modificada a forma do aproveitamento de toda a riqueza ali existente.

É a partir da assinatura do “Acordo de limites entre o Estado do Paraná e Santa Catarina” no ano de 1916 e da conclusão da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, que a colonização ganha impulso na região. A construção da ferrovia significou a ligação entre os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul. Segundo Radin, (2008, p.103), a ferrovia.

[...] estimulou a valorização imobiliária da terra e impulsionou a colonização. Além disso, a ferrovia era considerada um símbolo de modernidade e de progresso. Sua construção atraiu inúmeros migrantes para a região e em especial grupos interessados na comercialização das terras, que se organizavam. Em geral essas empresas se aproveitavam de facilidades proporcionadas pelo poder público catarinense para se apropriar da terra.

O intuito da construção da ferrovia era trazer o progresso econômico e a modernidade para a região, além de possibilitar um meio de escoamento da produção na região, fator que viria a impulsionar a colonização do oeste de Santa Catarina. Desta forma iniciou-se segundo Waibel (1949 p. p.174):

A expansão do povoamento para o norte através do rio Uruguai e da fronteira do estado do Rio Grande do Sul, penetrando no estado de Santa Catarina, começou em 1915, quando a estrada de ferro, vindo do Paraná e de São Paulo, alcançou o vale do rio do Peixe, afluente do Uruguai. [...]

O novo meio de transporte possibilitou a exportação de porcos vivos e outros produtos comerciais (alfafa) para a cidade de São Paulo, e assim, o *hinterland* de Santa Catarina foi drenado comercialmente para o norte, para São Paulo, por gente que veio do sul. A nova zona pioneira se expandiu para jusante, com o avanço da estrada de ferro, os alemães de novo preferiram os vales baixos subindo até os limites das matas de araucária ao passo que os italianos ocuparam os vales bem como as terras altas no triângulo entre o baixo rio do Peixe e o Uruguai.

Para promover a colonização dessas terras, o governo do Estado de Santa Catarina concedeu às terras do Oeste às companhias colonizadoras, que controlavam e comercializaram as mesmas, aproveitando as facilidades que o Estado oferecia na aquisição de áreas para a venda.

Várias empresas particulares dedicaram-se a comercialização de terras em todo o Oeste de Santa Catarina, entre os anos de 1920 e 1960. Principalmente “na segunda e terceira década do século 20, imensas áreas foram loteadas em terrenos destinados para a agricultura familiar e vendidas aos colonos, em sua maioria das antigas colônias do Rio Grande do Sul”. (RADIN, 2008, p.103).

Os principais motivos da saída dos migrantes do Rio Grande do Sul foram o sobreparcelamento das terras, levando ao esgotamento do solo, e o alto custo das terras (WAIBEL, 1949). A fragmentação da propriedade inviabilizava a permanência dos pequenos agricultores. No Oeste catarinense as terras eram mais baratas, além de não estarem esgotadas por mais de duas gerações de trabalho na agricultura (WAIBEL, 1949, WERLANG, 2006).

A maioria das companhias colonizadoras eram de empresários gaúchos, que assumiram o compromisso de colonizar e ocupar o oeste de Santa Catarina. Competia a essas empresas “por em prática a opção de uma migração dirigida a grupos específicos que se adequassem aos padrões estabelecidos pelo governo e pelas companhias colonizadoras” (NODARI, 2002, p.35).

Uma dessas empresas gaúchas que atuaram no Oeste catarinense foi a Companhia Colonizadora Sul Brasil, responsável pela comercialização das terras onde atualmente se encontra o município de São Carlos.

1.1. A atuação da Cia Colonizadora Sul Brasil em São Carlos

A colonização da região que atualmente compreende o município de São Carlos inicia-se a partir da incorporação da região extremo ocidental, que é drenada pelo Rio Chapecó e Uruguai, tendo início na década de 1920 a partir da vinda dos descendentes de Alemães e Italianos, em sua grande maioria oriunda do Rio Grande do Sul.

A política do governo de Santa Catarina no período era implantar pequena e média propriedade de 20 a 35 hectares. O que variava era a atividade que a propriedade se destinaria. A implementação da pequena atividade no Oeste ocorreu devido ao relevo acidentado, e as áreas de terra estarem cobertas de mata, o que não interessou ao latifúndio. Em relação a madeira existente a colonizadora já se reservava ao direito de explorar, o que também não interessava na constituição de grandes propriedades. (WERLANG, 1999).

A empresa Construtora oeste e Colonizadora Oeste Ltda responsável inicialmente pela venda de terras na região dos atuais municípios de São Carlos e Palmitos. Políticos como os

deputados Abelardo Luz, filho do governador do estado Hercílio Luz e Henrique Rupp Junior eram acionistas da empresa, criada com o objetivo de colonizar a região. A primeira escritura de terra tem o registro na data de 28 de julho de 1922, e a empresa atuou na região por um período de quatro anos, tendo escriturado 64 propriedades (WERLANG, 1999).

A empresa Construtora Oeste e Colonizadora Oeste Ltda foi extinta, o empreendimento passou totalmente as mãos de empresários gaúchos. Essa empresa, denominada Companhia Territorial Sul Brasil, foi a responsável por colonizar o município de São Carlos. Segundo Werlang (1999, p.12):

Em escritura lavrada em 26 de agosto de 1925, a Cia territorial Sul Brasil, com aprovação do governo do Estado de Santa Catarina, adquiriu a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Ltda em liquidação. Além dos 2.467.074.800 metros quadrados de terras, nos quais haviam sido demarcados 510 lotes urbanos, 685 lotes coloniais e 80 chácaras, constava do contrato de compra e venda de um grande prédio de madeira, dois ranchos e alguns galpões.

A Cia, Territorial Sul Brasil, sociedade anônima, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, constituída em 23 de maio de 1925, era formada por 14 acionistas: Benjamim de Oliveira, Frederico Carlos Gomes, Emilio Gertrum, Primo Testom, Otto Niemeyer, General Adalberto A dos R. Petraza, Dr. Frederico Dahne, Abílio Chaves de Souza, Jorje Júlio Schilling, Adolfo Zimmermann, Fernando Sudbrack, Carlos A. Coelho de Souza, Dr Leônidas Coelho de Souza e Arthur Schwein.

A intenção da aplicação do capital financeiro no Oeste Catarinense deve-se ao fato de vislumbrarem neste empreendimento lucros altos, tanto no comércio de madeira como na comercialização das terras. Havia poucos empresários ligados ao setor madeireiro. Na Cia Sul Brasil, o único era Benjamim de Oliveira que possuía experiência em colonização. O responsável em coordenar a colonização do município dos atuais municípios de São Carlos e Palmitos, foi Carlos Culmey, contratado no ano de 1926. “Coube a ele a tarefa de planejar e executar o plano de colonização da Cia. Sul Brasil” (WERLANG, 2006, p.52). O mesmo possuía experiência na área de colonização e graduação em Engenharia Civil.

A demarcação dos lotes de terra encontrava-se subordinada à bacia hidrográfica, os cursos de água eram usados para demarcar os lotes, que partiam do leito do rio, até encontrarem as margens de outro rio, onde a divisa era demarcada por uma “divisa seca” conhecida como travessão. Cada lote de terra era dividido em mais ou menos 25 a 35 hectares de terra a cada

família. Os lotes geralmente eram estreitos, pois devia alcançar o leito do rio, proporcionando a cada família o acesso a água. (WERLANG, 2006).

Essas terras até então eram ocupadas por indígenas e caboclos. Werlang (2006) aponta que em meados de 1929, existiam mais de 100 índios na região. Em relação à população cabocla que habitava a região, esta se dedicava à criação de animais e extração da erva mate, abundante na região. Há indícios de que muitas destas famílias, que moravam próximos ao Rio Uruguai serviram de mão de obra, tanto na abertura de picadas para que se demarcassem os lotes, como na abertura de estradas, além de auxiliarem na derrubada da mata, no transporte da madeira e na amarração e condução das balsas no Rio Uruguai. (WERLANG,2006).

Muitos deles eram posseiros, mas que tiveram o pedido negado junto ao estado, indeferido, sob a alegação de que eram terras devolutas. Com exceção das grandes fazendas, as outras áreas todas destinadas à colonização. Como aponta Werlang (2006, p. 76), “no caso da Cia. Sul Brasil, além de não reconhecer o direito de posse, não tinha interesse em fixar o caboclo”. O que ocorreu foi o processo de exclusão dos posseiros, pois havia poucos que possuíam condições de adquirir um lote de terra.

No ano de 1929, ocorreu à transferência da sede da Companhia de Linha³ Cascalho para Linha Passarinhos, território do atual município de Palmitos. A localização favorecia a recepção e distribuição dos colonos e sua família, as margens do Rio Uruguai, e faz divisa com o estado do Rio Grande do Sul, estado de origem da maior parte dos colonos. No local o diretor da companhia fixou residência. Carlos Culmey possuía seus próprios negócios, dedicava-se a criação de gado bovino e suíno que posteriormente era revendida aos colonos, outra atividade a qual se dedicava era a comercialização de madeira, no qual tinha empregados, trabalhava em conjunto com seu sócio Álvaro, residente na cidade gaúcha de Irai- RS.

No ano de 1929, a Cia. Sul Brasil completou quatro anos de atuação e recebeu a visita do então Presidente do Estado Dr. Adolfo Konder que no período fez um discurso em que elogiava a Companhia da forma honesta e inteligente na forma em que desempenhava a colonização, o discurso foi publicado no jornal “Republica”. Entre as palavras proferidas estavam a Sul Brasil não faz do seu escritório um balcão para o tráfico de terras, não ocorreria o aliciamento de colonos, nem o induzimento de falsas promessas de pagamento da terra no sertão sem o devido acesso à comunicação, possuíam estradas que permitissem encontrar a gleba de terra adquirida,

³ A definição de linha é o caminho que segue em direção a um determinado lugar, comunidade ou povoado..

fez referência à existência de escolas e igrejas. (WERLANG, 1995). O discurso do então presidente veio a ser usado com o objetivo de adquirir benefícios, junto aos órgãos públicos, além de usar na divulgação da Companhia nos núcleos coloniais no Rio Grande do Sul, usada de contra argumentação no momento em que era acusada de irregularidades ou ataques de outras instituições. (WERLANG, 1995).

A CIA Territorial Sul Brasil no ano de 1929, requereu a redução de 20 para 10 mil reis por hectare do preço praticado, a base para cálculo do imposto territorial deveria ser mantida por quatro anos. A petição foi defendida e assinada mediante um termo de compromisso, no qual a companhia assumia os compromissos, a petição exigia o povoamento das terras com colonos nacionais ou estrangeiros. Os lotes deveriam ser vendidos em prestações anuais, com juros de 6% ao ano, na transferência dos lotes o colono teria o direito de receber indenização das benfeitorias que estivessem sido feitas. (WERLANG, 1995).

A Companhia Sul Brasil teria a obrigação de apresentar um relatório anual das atividades ao governo do estado com todos os relatórios das atividades efetuadas, além de mapas com a repartição das terras. A companhia territorial não cumpriu com as exigências, apesar de usufruir da redução do imposto territorial. (WERLANG, 1995).

Em agosto de 1931, houve apurações da comissão de sindicância da Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura, concluiu que a Companhia não cumpria com as exigências, entre as irregularidades no contrato de compra e venda apareciam juros de 8% ao ano, caso o comprador não cumprisse com as exigências da cláusula, a companhia ficava com o direito de rescindir com o contrato, além de o colono perder a quantia paga, as benfeitorias deveriam ser retiradas em 2 meses a partir da rescisão do contrato, caso contrário passariam para a Companhia, onde o comprador não possuía o direito de vender ou hipotecar a colônia antes de ter a escritura. A comissão deu o parecer favorável à rescisão do Termo de Compromisso. (WERLANG, 1995).

No ano de 1925, a Cia escriturou um total de 55 lotes, no ano de 1926 o número de vendas subiu para um total de 219 escrituras, porém este foi o maior número de lotes vendidos até o ano de 1938. A principal causa da diminuição da comercialização de terras até 1930 estaria relacionada aos distúrbios políticos ocorridos no Rio Grande do Sul. Em relação aos lotes até o período de 1938 estariam relacionados a fatores externos, perturbações de ordem pública e a tensões políticas, sobretudo no Rio Grande do Sul principalmente de 1923 até 1936. Terra de origem dos principais migrantes. (WERLANG, 1995).

Neste período o maior numero de famílias introduzidas na região eram oriundas do Rio Grande do Sul. O maior fluxo populacional ocorreu a partir do ano de 1942. A partir desta data ocorreu uma maior expansão da atividade da suinocultura, e um maior numero de mercado comprador para os produtores venderem seus produtos, onde os mesmos conseguiram quitar seus lotes de terra. (WERLANG,1995).

A Companhia Sul Brasil também atuou na construção de estradas. Na época era comum o Estado pagar a abertura de estradas com concessões de terras. Essas eram geralmente próximas aos leitos dos rios, e, no caso da Companhia, possuíam a função de interligar os lotes. Esses locais foram denominados de linhas. Segundo Werlang (2006, p.60):

A primeira gleba demarcada pela Cia. Sul Brasil ficou dividida em 26 seções, com uma média de 140 lotes coloniais cada. A ocupação deu-se a partir do Rio Uruguai, expandindo-se por toda a área entre os Rios Chapecó e Rio das Antas em direção norte. [...] A demarcação dos lotes se expandiu rapidamente. Em setembro de 1938, a Cia. Sul Brasil já havia vendido 106.088 dos 277.283 hectares que possuía. Nesta primeira etapa foram demarcados 3.814 lotes coloniais, 1465 lotes urbanos e 596 chácaras. Em 1954, a Cia. Sul Brasil já havia dividido praticamente toda a área e introduzido colonos em 48 seções.

A formação dos núcleos urbanos ocorreu de modo intencional obedecendo alguns critérios da Companhia Colonizadora. Estes deveriam estar distantes um do outro a mais ou menos 30 a 40 quilômetros. A empresa possuía o compromisso de demarcar o local onde seria construída a praça pública, a igreja e a escola. (WERLANG, 2006). Outro fator que impulsionava o fator migratório era a possibilidade de continuação dos costumes e tradição de suas práticas socioculturais e espaciais. Segundo Nodari (2002, p.36):

Os descendentes de alemães e italianos, ao optarem pela migração para o oeste de Santa Catarina, acreditavam que poderiam recriar as suas práticas socioculturais, ideia essa que era passada pelas próprias companhias colonizadoras que haviam feito um investimento bastante oneroso na compra de terras, na abertura de estradas, precisando haver um retorno financeiro rápido para manter os compromissos assumidos como governo ou com a concessionaria de terras.

Para a venda desses lotes, a companhia utilizava diversos artifícios, através de seus agentes. A esse respeito comenta Nodari (2002, p. 37):

Os agentes utilizavam todos os meios que estavam à sua disposição para persuadir as pessoas a comprarem terras das companhias que eles representavam, pois somente assim teriam bons ganhos. No caso a Cia. territorial Sul Brasil, os mesmos recebiam um percentual de 10% sobre o valor da venda. Vários agentes visitavam pessoalmente todas as casas, de uma determinada comunidade, em que eles utilizados, geralmente, eram convincentes.

O papel dos agentes era o persuadir a pessoa a migrar. A companhia colonizadora dispunha de um ônibus, que deslocava o pessoal até o local do lote que possuíam o interesse de comprar, para que pudessem conhecer a região. Geralmente vinha um membro da família, conhecer. No retorno ao Rio Grande do Sul, convenciam a família e alguns dos irmãos a migrarem. Muitas pessoas eram influenciadas a conhecer a região a partir da visão que vizinhos familiares possuíam do local, e dessa forma ocorreu a vinda das famílias para a região de São Carlos, a maioria de origem do Rio Grande do Sul. (WERLANG, 2006)

A primeira parcela da terra era paga no momento da assinatura do contrato de compra e venda. A companhia não vendia lotes para quem não tivesse condições de pagar a primeira parcela, apenas fazia a reserva de um lote de terra. O restante do valor das terras em geral era parcelado em 36 meses, com uma taxa de juros de 8% ao ano. A madeira da propriedade não podia ser comercializada, pois o proprietário só poderia vendê-la a partir da quitação da terra. (WERLANG, 2006). A pessoa que comprava um lote de terra possuía o compromisso de ocupá-la num prazo que variava de 5 a 18 meses. Encontrar o lote não era tarefa fácil, visto que não havia apenas estradas, apenas picadas abertas pelos agrimensores. A tarefa dos homens era a de localizar as terras, mato adentro, construir um rancho, levando, mais tarde, a família.

Para que as famílias migrassem era necessário possuir no lugar escola e a igreja, sendo fundamental a organização comunitária. Conforme Werlang (2006, p.64), existia inclusive a separação étnica e religiosa dos colonos. Carlos Culmey, o gerente da companhia colonizadora 'distribuía as famílias de tal forma que os teuto-brasileiros católicos, teuto-brasileiros evangélicos e ítalo-brasileiros católicos estivessem morando em regiões distintas”.

E é desta divisão que surge São Carlos. Werlang (2006, p. 64) aponta que “as terras localizadas entre os rios Chapecó e Barra Grande foram destinadas aos teuto-brasileiros católicos, surgindo desta colonização os municípios de São Carlos, Pinhalzinho, Saudades e

Cunhataí”. No município de São Carlos, o então gerente da companhia colonizadora, chegou a exigir a construção de uma igreja. Figura abaixo:



Figura 2: Primeira igreja construída na década de 1930 no município de São Carlos – SC.

Fonte: Acervo Pessoal da Família Kerber

As dificuldades encontradas no oeste deixaram em alguns o desejo de retornar a terra natal do Rio Grande do Sul. Werlang (2006, p. 113) comenta algumas dessas dificuldades: “a falta de tábuas para a construção de casas, as terras pedregosas e acidentadas, cobertas de densas matas e a falta de comércio foram as principais dificuldades dessa colonização”. A falta de comércio para a produção do que os pequenos agricultores criaram na região, foi um dos principais entraves no processo de desenvolvimento do município. A saída para muitos foi trabalhar na abertura de estradas, na extração e deslocamento da madeira.

A relação entre a formação dos primeiros núcleos urbanos é relacionada com a extração da madeira. Nessa atividade a primeira mão de obra utilizada foi a do caboclo, que fez desta atividade a sua sobrevivência. Dentre as espécies serradas, destacam se os louros e cedros ao longo da margem do Rio Uruguai. Já as araucárias foram encontradas mais afastadas da margem do rio, em áreas com maior altitude. O deslocamento da madeira era através dos rios, balsas,

para isso era necessário que o rio se encontrasse com um grande volume de água. (WERLANG, 2006).

Parte da madeira na região representava para a companhia colonizadora a possibilidade de acumular capital. Também existiam pequenas serrarias que se instalaram no quadro urbano do município. Inicialmente formadas para atender as necessidades do mercado interno, posteriormente passaram a comercializar com cidades gaúchas. Até a década de 1930 o setor madeireiro foi a principal atividade econômica da área onde se encontrava São Carlos. (WERLANG, 2006).

O primeiro comércio destinado aos colonos surgiu no município de São Carlos no ano de 1928, mas os produtores rurais só encontravam o essencial à sobrevivência, não havia comércio para a venda da maioria dos produtos produzidos. Nesse mesmo período surge o comércio da banha, o que incentivou os produtores rurais a investirem na criação de suínos. Até então o porco era criado em maior número na região de Campo Erê, criado, na maioria por famílias caboclas, e no Estado do Rio Grande do Sul. (WERLANG, 2006).

No ano de 1936, inicia-se a produção de suíno em escala comercial, visto que o primeiro comprador de suíno da cidade era Roberto Hoss, residente no município de São Carlos. Nesse período inicia-se no município, a instalação das primeiras fábricas de banha, e salame que vão dar origem as pequenas fábricas manufaturas e comércio de pequena produção mercantil em São Carlos, tema do próximo capítulo. (WERLANG,2006).

2. Colonização e pequena produção mercantil no Oeste Catarinense.

Além da ocupação das terras para a agricultura, a colonização promoveu a vinda de muitas pessoas para os nascentes quadros urbanos da região, dando origem a serrarias, oficinas mecânicas e fábricas de banha e derivados de carne. Estes pequenos comércios locais eram pequenas produções mercantis formadas segundo Goularti Filho (2001, p. 129), por pessoas de origem simples e modesta, denominados “capitalistas sem capitais”, filhos de artesãos, ou comerciantes que viviam da importação/exportação do sistema colônia/venda, além de representantes comerciais. Os produtos em grande maioria comercializados eram alfafa, erva-mate, suínos e milho. Conforme Goularti Filho, (2001, p.46):

desenvolveu-se no oeste barriga-verde uma colonização baseada no sistema colônia-venda e na pequena propriedade, que era voltada para a comercialização do excedente, estimulando desde cedo a formação de um mercado interno, que rapidamente se integrou à economia nacional por meio da ferrovia.

Nas propriedades ocorria a instalação de moinhos artesanais, galpões etc. Os mesmos eram utilizados de forma comunitária pelos membros das linhas coloniais, porém esses tipos de utilização perderam a importância à medida que se intensificou o processo de ocupação do oeste e a inserção destes produtores na economia nacional como fornecedores de matéria primas e alimentos. Nestes lotes, os colonos cultivavam feijão, trigo e mandioca, além da criação de galinhas, porcos e outros animais. Poderiam também se dedicar a colheita da erva mate, ao plantio da alfafa, e a extração da madeira, produtos que eram vendidos Para o Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e a Argentina. (ESPINDOLA, 1999) Para Espindola (1999, p.20):

Manifestavam-se desse modo, duas maneiras de existência da pequena produção mercantil: de um lado as famílias especializavam-se num determinado bem que seria entregue ao comércio local e fornecido às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, entre outras; de outro lado, os pequenos produtores fabricavam uma agricultura de subsistência e utilizavam certos instrumentos e equipamentos das propriedades de forma comunitária.

Na medida em que se aumenta a comercialização dos produtos agrícolas da região oeste com os estado de Rio de Janeiro e São Paulo, ocorria uma industrialização substitutiva de importações, ocorre uma industrialização substitutiva de importações, a unidade familiar criou estímulos mercantis e meios para que fossem necessários para a melhoria e ampliação da

produção. O processo impulsionou a diferenciação social no seio do complexo rural, o que resultou no aumento da pequena produção mercantil e a possibilidade da ascensão social.(ESPINDOLA, 1999). Segundo Goulart Filho, (2001, p.47):

Para demarcar terras foram criados municípios e vilas; para escoar a produção foram abertas estradas, ferrovias e construídos portos fluviais; e para acabar com a violência, do ponto de vista dos colonizadores, foram exterminados os índios e subordinados os caboclos ao trabalho nos moldes capitalistas, ou seja, foram dadas as condições materiais e sociais para a reprodução capitalista. A fertilidade do solo, a mata existente, a ferrovia, as companhias colonizadoras e a chegada dos colonos inicialmente formaram urna nova e diferente vida econômica na região.

A colonização promoveu uma reestruturação do oeste, uma ruptura e subordinação dos povos que habitavam as matas, o espaço recebeu as condições necessárias para o desenvolvimento do sistema capitalista, a abertura das estradas promoveu uma possibilidade de uma maior produção na propriedade familiar, a construção da ferrovia, representou a possibilidade de interligar o sul do Brasil com o restante do país. Neste período inicial, Segundo Goulart Filho, (2001, p. 58) “desenvolveram-se duas atividades extrativistas na região oeste: a extração da erva-mate e da madeira. A primeira era exercida mais ao noroeste, na divisa com o Paraná, e a segunda nos vales próximos ao Rio Uruguai, tendo Chapecó como município pólo”.

Para Goulart Filho (2001, p.57), “além da disponibilidade de recursos naturais, o surgimento de atividades ligadas à exploração da madeira tem a ver com a expansão da produção artesanal que estava vinculada ao alargamento do mercado interno”. A extração e comercialização da madeira iniciam as atividades indústrias e da acumulação de capital, o que fez com que o capital acumulado na extração e venda da madeira fosse posteriormente investido em outras atividades. Para Espíndola (1999, p. 21):

Nas áreas urbanas desenvolveram-se ainda as serrarias, as pequenas oficinas mecânicas e os artesanatos agrícolas, que frequentemente se desdobravam em manufaturas produtoras de equipamentos e beneficiamento. Assim no oeste percebia-se a existência de uma economia natural e mercantil nas áreas rurais. Nas cidades, as pequenas oficinas artesanais coexistiam com o pequeno capital comercial de importação/ exportação e as grandes companhias colonizadoras.

Dessa forma, o capital acumulado excedente passa a concentrar-se nas mãos de pequenos comerciantes locais e das grandes praças importadoras das atividades industriais e dos próprios pequenos proprietários rurais. (ESPINDOLA, 1999). Para Goulart Filho (2001, p.10) “o tipo de imigração e a presença da pequena produção mercantil propiciaram o nascimento de algumas indústrias e a ampliação da divisão social do trabalho, permitindo a formação de um relativo mercado de consumo”.

Na compra dessa produção atuavam diversos comerciantes, como era o caso de Attilio Fontana. Descendente de italianos, Fontana iniciou suas atividades comerciais em Cruzeiro, atual Joaçaba, de onde despachava alfafa e suínos, na maioria, para São Paulo (ESPÍNDOLA, 1999). Muitos destes comerciantes, como no caso de Fontana, veiculavam anúncios em jornais locais, anunciando não apenas seus produtos a venda, mas também a compra de produtos, como alfafa, erva-mate, banha e porcos. Na maioria adquiridos tanto de moradores de origem cabocla, criados à solta nas florestas, quanto de colonos que passaram a se dedicar à criação de porcos em chiqueirões e encerras, alimentando-se de milho (BRANDT, 2007).

Matriz: **FONTANA & CIA.** Filiais: PERDIZES e AGUA DOCE
Bom Retiro

Santa Catarina — End. Teleg. FONTANA — Linha Sul E. F. S. P. R. G.

Compras e vendas exclusivamente a dinheiro

Mantem sempre em suas casas o maior sortimento da zona, como sejam: fazendas, armários, ferragens, louças, calçados, chapéus, fogões, camas, roupas feitas, perfumarias, joias, etc.

Grande estoque de secos e molhados

COMPRADORES DIRETOS DAS MAIS IMPORTANTES FABRICAS E FIRMAS DO PAIZ, OPERENDO, DESSA FORMA, À SUA FREGUEZIA, ARTIGOS DA MELHOR PROCEDENCIA

SEM TEMER CONCURRENCIA

Grandes expoztadores de tudo quanto é PRODÜTOS coloniais e serranos, á saber:

ESPECIALISTAS EM COMPRA DE SUINOS-VIVOS, PARA QUANTIDADES SEM LIMITES, E DE ALFAFA, MANTENDO COMPRADORES DIRETOS EM quasi todas as Estações entre Perdizes á Volta Grande

BANHA, MILHO, FEIJÃO, BATATA, COUROS SECOS, PELES, CÊRA, CRINAS, LÃS, TRIGO EM GRÃO

Consultar os preços da casa Fontana é saber ganhar dinheiro

Figura 3: Anúncio de compra de produtos agrícolas no Vale do Rio do Peixe

Fonte: O Cruzeiro, 1934, p. 3 apud BRANDT, 2007.

E é partir do capital comercial, da atuação de pequenos empreendedores e do estabelecimento de grupos empresariais de outras regiões, que surgiram, em todo o Vale do Rio do Peixe e Oeste, diversas empresas, de duração efêmera ou não, destinada a produção de banha e derivados de carne suína e bovina cuja produção era escoada principalmente para as capitais e grandes cidades do Sul e Sudeste. Dentre estas é possível mencionar, a empresa de Attilio Fontana, que deu origem ao frigorífico Sadia, a Sociedade Catarinense de Banha, que mais tarde seria incorporada à Ponzoni, Brandalise & Cia, na localidade de Perdizes, atual município de Videira, dando origem a Perdigão (BRANDT, 2007), o frigorífico de Saule Pagnocelli em Joaçaba e o frigorífico Saporiti em União da Vitória, no Paraná (FERRARI, 2003).

A partir da década de 50 e início dos anos 60, a industrialização brasileira passou por inúmeras transformações, a expansão da atividade industrial, a aceleração do processo de urbanização. Possibilitou a formação de frigoríficos no oeste de Santa Catarina. Seara (1956), Chapecó (1952), Unifrico (1963, Reunidas Ouro (1960). As empresas instaladas no oeste de Santa Catarina aproveitaram a conjuntura econômica do período, ampliaram a oferta de produtos derivados de suínos, voltado sobretudo às classes de renda alta, direcionamento o excedente acumulado a novas atividades produtivas. O processo de expansão das atividades industriais resultou na década de 50, na instalação de novos frigoríficos, como o de aves e fábrica de rações, s da empresa Perdigão, na cidade de Videira (SC) no ano de 1952. Mais ao Oeste, a família Bertaso, que atuava na colonização e comercialização de terra, juntamente com a família de Nez, comerciante de madeira associaram-se para a instalação em Chapecó de um frigorífico de suínos. (ESPÍNDOLA, 1999).

2.1. Pequena produção mercantil em São Carlos

Na região de São Carlos, conforme depoimentos de moradores locais, a maior dificuldade no período da colonização era o comércio. Não havia quem comprasse a produção dos pequenos agricultores, que ao se instalarem no município, derrubaram as matas e passaram a cultivar nas terras férteis culturas como o milho, a batata e o feijão. Não havia comércio na cidade, vendia-se apenas para aos recém-novos proprietários de lotes rurais, e em pequena quantidade. Segundo Camilo Arenhardt (2014, depoimento), no período inicial, havia somente a casa comercial de Gustavo Johans, que vendia sal, café, cachaça e algumas roupas, o que fazia

com que se tivesse de se deslocar até a cidade de Irai (RS) para a venda do que era cultivado e produzido. Lá era possível trocar ou vender produtos como banha, salame, feijão e milho. O caminho até a cidade levava em torno de dois dias, não havia estradas, apenas picadas ou carreiros que eram percorridos a cavalo no meio da mata fechada.



Figura 4: Centro de São Carlos na década de 1930, na esquina ao lado esquerda da imagem Casa Comercial Johann

Fonte: Acervo pessoal Família Kerber.

Após 1930, um dos principais produtos cultivados era o tabaco, levando a maioria dos pequenos produtores rurais ao seu cultivo. Criou-se, nesse período, uma cooperativa em São Carlos. A introdução do tabaco e a criação da cooperativa possibilitou a comercialização da produção agrícola mediante a troca para atender as necessidades dos agricultores. Alguns anos depois o baixo preço pago pelo tabaco levou a cooperativa a encerrar as atividades no ano de 1939. (WERLANG, 2006).

Outra atividade que surgiu com o comércio do tabaco foi o mercado da banha, e posteriormente o do suíno, neste período segundo Werlang, (2006, p.129):

O porco havia sido introduzido na região de Campo Erê e principalmente do Rio Grande do Sul. A criação em escala comercial começou no ano de 1936. Ruver Hoss foi o primeiro a comprar suínos na região de São Carlos e até 1952 era o único comprador da cidade. Ele comprava porco em toda a região, inclusive Itapiranga, São Miguel do Oeste e Campo Erê. Inicialmente, carneava os porcos e fazia salame, e depois os revendia em Joaçaba e Ponta Grossa. Os suínos que não resistiam às péssimas condições da estrada eram carneados.

Segundo Atílio Hoss (2014, depoimento), as informações abaixo descritas se referem a seu pai, Roberto Hoss. Filhos de descendentes de Europeus, oriundos do Rio Grande do Sul, Roberto e Alma esposa, ambos oriundos da cidade de Santa Clara - Rio Grande do Sul, o mesmo adquiriu no período da companhia colonizadora, um lote de terra que pertence hoje à área central do atual município.

De acordo com Palmira Hoss Schmitz(2014, depoimento), o pai, Roberto, chegou ao núcleo colonial de São Carlos, no ano de 1936, ambos trabalhavam em atividade frigorífica na cidade de Santa Clara, RS. Ao chegarem ao recente núcleo colonial de São Carlos iniciaram o abate de suínos, nos primeiros anos de abate, chegaram a abater em torno de 35 porcos por dia, a maior parte dos produtos era destinada à fabricação de charque, salame, copa e banha, tendo a maior parte das mercadorias vendidas no município de Chapecó. O transporte da mercadoria era por meio de cavalos. No retorno, traziam principalmente sal, para uso no açougue da família.

No ano de 1939 a 1945, período da Segunda Guerra Mundial, Roberto Hoss não conseguia as mercadorias necessárias à continuidade dos negócios. A solução encontrada foi a construção de um moinho na Década de 1940, próximo ao Lajeado Moraes. No local o produtor podia transformar o milho em farinha e moer o trigo, o serviço era pago deixando uma parte da mercadoria ao proprietário. No ano de 1942, o mesmo investiu na construção de uma hidrelétrica, para o pequeno Frigorífico da família, e moinho, anos mais tarde o mesmo se desfez do moinho para dedicar-se as atividades de compra de suíno e abate. Palmira Hoss Schmitz (2014, depoimentos).

Atílio Hoss (2014, depoimento) comenta que não havia quem comprasse suínos e gado, não possuía no local quem comercializasse a produção, a compra do gado e suíno era do município de São Carlos, e outros municípios como Pinhalzinho, Saudades, Modelo, que deslocavam o gado para a cidade de São Carlos. A maioria da criação de porcos era transportado de carroça, até o açougue da família.

Para Palmira Hoss Schmitz, (2014, entrevistada) o transporte dos derivados da produção, iniciou com a comercialização da banha. O produto, após processado, era encaixotado e prosseguia para o embarque e transporte por caminhões para os principais centros consumidores. Esse foi o primeiro produto do frigorífico da família Hoss a ser transportado por caminhão. Segundo Guido Specht (2014, entrevistado) os animais eram criados em taipas no meio ao gado. Alimentavam-se de abobora, aipim e milho até atingir o peso de 60kg quando eram recolhidos para a engorda, até atingirem o peso máximo de 120kg seguindo para o abate. No período a produção do suíno não era voltada para a comercialização de carne, mas sim a de banha.

A partir da década de 60, a família passou a se dedicar também a fabricação de derivados de carne, chegando a abater em torno de 60 cabeças/dia. A maioria era adquirida de pequenos produtores rurais do interior que se deslocavam até a sua propriedade para a venda do suíno. O gado bovino era comprado da região Nonoai (RS), enquanto os suínos eram de origem do interior do município de São Carlos, além de cidades vizinhas do estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Chegando na empresa, os animais ficavam presos em uma mangueira até o momento do abate.

O início das atividades ocorria às 5 horas da manhã. Eram realizadas todas as atividades a partir desse horário, como o abate de suínos e gado, e a produção de salame, charque, linguiça, banha e carne. A produção contava com a mão-de-obra da família.

Além da fábrica, a família também possuía um armazém onde as mercadorias poderiam ser adquiridas por venda ou troca, de acordo com a necessidade do produtor rural. Entre as mercadorias comercializadas encontravam-se querosene, arame farpado, alimentos como açúcar, sal, farinha, erva-mate e arroz. O criador de suíno ou gado bovino poderia escolher a troca de seu produto por mercadorias ou receber em dinheiro.

No ano de 1928, houve a interligação do povoado Porto dos Cantadores⁴, com a cidade de Irai – RS que veio a solucionar grande parte dos problemas da colônia no período, o único meio de transporte era por meio do Rio Uruguai, ou a cavalo. No ano de 1933 ocorreu à construção da estrada Chapecó até Palmitos, o que possibilitou o transporte por caminhão da produção agrícola que veio a ser comercializada com a cidade de Chapecó, Joaçaba na época município de Cruzeiro. Segundo Camilo Arenhardt (2014, depoimento) a produção da Empresa

⁴ Nome em que a cidade de São Carlos era conhecida no período da colonização Porto dos Cantadores.

de Norberto Hoss veio a ser transportada por caminhão para as cidades de Ponta Grossa (PR) e São Paulo (SP), as estradas eram construídas no meio do mato, em dias de chuva era necessário colocar correntes no pneu do caminhão para ser possível o trânsito o deslocamento da produção.

Cada caminhão transportava em média setenta a oitenta animais, os maiores chegavam a transportar mais de cem cabeças. Ao chegarem no município de Porto União descarregavam os porcos em uma mangueira, davam água e alimentavam os mesmos com abóbora e quirera de milho. Na manhã seguinte os porcos eram novamente embarcados, no local havia os responsáveis em alimentar, cuidar e carregar os porcos no caminhão, onde seguiam com destino a São Paulo. Ao chegarem ao local descarregavam os animais, que ficavam expostos aos compradores. Aos serem vendidos por peso, no caso por arroba, os porcos seguiam para o abate. O comerciante Roberto Hoss também vendia porcos a Atílio Fontana⁵.



Figura 5: Roberto Hoss em frente a propriedade na década de 1950 com família e funcionários.

Fonte: Acervo pessoal Atílio Hoss.

⁵ De acordo com Atílio Hoss o seu nome seria uma homenagem á Atílio Fontana, proprietário da Sadia, no município de Joaçaba – SC.

Segundo Leonisa Hinterholz (2014, depoimento), ao chegarem ao município de São Carlos, adquiriram uma residência onde instalaram um açougue para o abate de gado bovino e suíno e. O trabalho no açougue era artesanal, e a ausência de refrigeração da carne nos primeiros anos de atividade da família fez com que no início só fosse possível abater a quantidade comercializada no dia. Anos mais tarde adquiriram a primeira geladeira do abatedouro e também um moedor de carne.

A compra da matéria prima para o açougue ocorria através do irmão que se deslocava ao interior do município de São Carlos, e outras municípios da região, (Quilombo, Modelo, Águas de Chapecó). Leonisa lembra que no período havia grande escassez de gado na região, o que fazia com que o mesmo percorre-se a cavalo, à procura de gado. A venda da mercadoria ocorria no centro da cidade de São Carlos, onde seu esposo percorria as ruas com uma carroça, e distribuía a carne no quadro urbano. Anos mais tarde a família expande os negócios abrindo pequenos abatedouros nas comunidades de São João, Linha Moraes, e outro próximo à igreja, a família dedicava-se a venda aos moradores do quadro urbano do município, e aos moradores do interior.



Figura 6: Transporte do gado até o município de São Carlos na década de 1950 à cavalo.

Fonte: Acervo Pessoal Ritter

As famílias Hinterhols e Ritter, ao contrário da família de Norberto Hoss, não expandiram os negócios a outros centros urbanos. Suas atividades eram voltadas ao mercado interno. As principais mercadorias que produziram no açougue, além da venda da carne, foram a fabricação de salame e de sabão. Com o passar dos anos as dificuldades encontradas foram a concorrência com outros compradores de outras cidades que ofereciam preços maiores aos pequenos produtores rurais. Outro fator apontado que diminuiu as vendas e o fechamento de pequenos abatedouros que a família possuía, foi o aumento da concorrência.

Outro empreendedor do núcleo colonial foi Helmuth Werlang. Oriundo do Rio Grande do Sul e filho de marceneiros, migrou para o Oeste de Santa Catarina com o intuito de se tornar alfaiate, se instalando em São Carlos. Com o passar dos anos abandonou o ofício como alfaiate para se tornar comerciante.

Ao se estabelecer na cidade de São Carlos, formou a Comercial Helmuth J. Werlang, que possuía o intuito de comprar a produção dos pequenos produtores rurais do interior do município. Entre os produtos que compravam estavam ovos, manteiga, fumo, os produtores rurais possuíam a possibilidade de retirar a venda dos produtos em dinheiro, ou em troca comprar na loja roupa prontas, tecidos, louças, erva mate, querosene, açúcar, farinha.

Com o decorrer dos anos o pai, Roberto Werlang decide deixar aos filhos o cuidado com a comercial, ao filho Roberto, mesmo nome do pai, junto com a esposa Dulce, passam a frente da comercial, a loja possuía os produtos mais variados, no período as pessoas não compravam as roupas prontas, precisava-se costurar, a loja oferecia aos pequenos agricultores a opção de comprar o produto pronto, ou o tecido para a fabricação artesanal de roupas íntimas as pessoais, além disso, a comercial ao longo dos anos iniciou a compra de soja. A loja possuía os produtos necessários a sobrevivência, “os víveres eram adquiridos da comercial Werlang De São Carlos” (WERLANG, 2006, p.131).

Anos mais tarde, a Família Werlang dedicou-se a compra de suínos, atividade que acontecia junto à casa comercial. Na década de 60 os animais eram destinados a cidades como Joaçaba, tendo a Perdigão como compradora, e Ponta Grossa, no Paraná. Com o asfaltamento das principais rodovias da região nos anos de 1970, a produção passa também a ter como destino o Estado de São Paulo. No período, Norberto e a esposa Dulce viajavam junto com o caminhão que transportava os porcos para São Paulo, para a compra no comércio paulista, de utensílios que viriam a ser vendidos em São Carlos. Além de trazerem mercadorias para a

própria loja, eventualmente atuavam na venda a outros estabelecimentos comerciais da cidade e região.

Se até os anos de 1940, a economia era baseada na indústria madeireira, ervateira, agrícola e na venda de terras, o que passou a ocorrer a partir de então foi uma diversificação e ampliação da base produtiva do setor de alimentos. A partir do aumento da criação de suínos surgem as primeiras produções de banha e derivados de carne, muitas delas dando origem a frigoríficos que seriam os responsáveis pela formação do complexo agroindustrial do Oeste Catarinense. Para se compreender os anos seguintes, só é possível a partir da discussão sobre a modernização conservadora e da industrialização da agricultura no Brasil. O período marca a transição dos moinhos e frigoríficos, que comercializavam produtos in natura para o complexo agro comercial de carne. (GOULART FILHO, 2002).

3. Modernização e desenvolvimento do setor agroindustrial no Oeste catarinense: o caso do Frigorífico São Carlos (Friscar)

Para se compreender o oeste de Santa Catarina a partir da década de 50, deve-se fazer uma análise geral a nível nacional, a partir da modernização conservadora e da industrialização da agricultura brasileira. A industrialização pesada pós-55, juntamente com a consolidação da política nacional do crédito rural, que tem por base a forte atuação do Estado, tornou possível a formação do complexo agroindustrial no país. Goulart Filho (2001, p. 237) aponta que “embora Santa Catarina tenha uma estrutura fundiária menos concentrada do que muitos estados brasileiros, os setores mais beneficiados com créditos, subsídios, amparo tecnológico e suporte técnico foram as grandes empresas”.

De acordo com Lohn (2004, p.48):

Logo a partir dos anos 40, principalmente no oeste e no Sul do estado, comerciantes como Atilio Fontana iniciaram as bases do que viria a ser o complexo agroindustrial catarinense. Seja o processamento industrial da criação de animais (especialmente suínos) a indústria madeireira, as lavouras destinadas a suprir as agroindústrias (como a do milho), entre outras, a comercialização dos processos produtivos agrícolas pressupunha transformações nas formas de produção empregadas pelos produtores rurais, modificando hábitos e relações sociais, chegando mesmo a preconizar a criação de um “novo” trabalhador rural.

É nesse período que ocorre uma tendência internacional de buscar difundir a possibilidade de existir uma abundância em alimentos. O fim da fome e da miséria, ocorreria o avanço da tecnologia, sobre o controle dos recursos naturais. A ideia iniciou com a Revolução Verde, que era um programa internacional, iniciado no ano de 1943, que visava desenvolver experiências em genética vegetal, com o objetivo de criar e multiplicar sementes eficientes, principalmente as culturas de milho, trigo, arroz em diversos solos e climas, estas seriam bem resistentes a doenças e pragas, transformando as tecnologias e práticas de trabalho no campo. O discurso dos patrocinadores, fazia menção a uma imagem humanizada, ressaltando a possibilidade de acabar com a fome no mundo, mas o que interessava as grandes corporações eram os lucros, a agricultura estava se tornando um novo campo de valorização para a indústria. (LOHN, 2004).

A partir dos meados do século XX, o capital teve muitas possibilidades de expansão, ocorreu à substituição da agricultura tradicional para a agricultura modernizada. A abertura de

importantes canais de expansão dos negócios, principalmente nas grandes corporações econômicas. O fornecimento de máquinas, além de insumos modernos foi comercializado mundialmente. Formaram-se as indústrias de transformação dos produtos agropecuários, além de financiamentos nos países que aderissem ao processo de modernização (LOHN, 2004).

Com o crescimento da população urbana, ocorreu uma maior demanda por produtos de qualidade, que atendessem à nascente indústria, que aumentava. Foi um fato que impulsionou políticas para atender o setor rural, para que o mesmo pudesse ser eficiente no suprimento do mercado nacional. Ao mesmo tempo deveria ocorrer a liberação de mão de obra para as atividades urbanas, isso só poderia ser possível com a mecanização da agricultura. Neste processo de reestruturação, surgiram as políticas agrícolas, que teriam por base o planejamento induzido por mercados de produtos rurais, por menores custos e por riscos do processo produtivo privado. Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos dentro da chamada “Revolução verde”, considerando o uso intensivo de maquinários e produtos químicos, introduzidos como sinônimos de competitividade e modernidade. (PERTILE, 2008)

A intervenção do governo no setor produtivo já vinha ocorrendo a décadas anteriores, mas a partir da década de 60, a dinâmica da agricultura passou a ser determinada pelo padrão de acumulação agroindustrial, o estado interviu orientando a modernização da agricultura, com o intuito de integra-la ao novo circuito produtivo, que foi liderado pela indústria de insumos e processamento de matéria prima. Em Santa Catarina, a tendência presente na agricultura nacional apareceu no Estado, a constante busca da modernização na base técnica da agricultura e a consolidação das agroindústrias, dentro da modernização da agricultura. (PERTILE, 2008).

A proposta da Revolução verde incluía a pesquisa genética animal e vegetal, a utilização de insumos químicos e maquinários industriais e o serviço de extensão rural, com o objetivo de difundir a nova base tecnológica aos agricultores, por meio do crédito rural subsidiado, a disseminação do modelo importado de extensão rural ocorreu sob amplos investimentos em pesquisas. (PERTILE, 2008).

A expansão da agroindústria em Santa Catarina teve um crescimento no emprego não agrícola com a urbanização, o que trouxe o aumento na demanda por produtos agrícolas com o consumo em massa. O modelo de desenvolvimento brasileiro ocorreu com o aumento da procura por produtos como salame, defumados, etc, o que gerou um aumento nas oportunidades de mercado para o setor agropecuário. A modernização da agricultura foi estimulada por instrumentos políticos do estado, o que veio a permitir a inserção do setor agrícola na dinâmica

do setor industrial, tanto no consumo de produtos na indústria, como máquinas, insumos, medicamentos, como fornecedor de matéria prima para as agroindústrias. Momento em que ocorre a consolidação das agroindústrias no estado de Santa Catarina. (PERTILE, 2008).

A partir da década de 50, e o início dos anos 60 várias agroindústrias se destacavam no Estado de Santa Catarina, a Sadia, Perdigão, Coopercentral, Seara e SAIC, se firmam no estado como as maiores do estado. No período, o processo de produção e industrialização da carne, encontrava-se em expansão, o que anos mais tarde resultaria na consolidação destas empresas no setor agroindustrial. (PERTILE, 2008). Como salienta Goularti Filho (2001), além dessas empresas, existiram uma série de pequenos açougues, matadouros, pequenos frigoríficos e moinhos que surgiram e se expandiram nesse momento, como era o caso das atividades da família Hoss, em São Carlos, porém muitos deles faliram ou foram absorvidos pelas maiores empresas.

A partir deste período o Estado de Santa Catarina intervém com a inserção de novas técnicas na pequena propriedade rural, com o intuito de oferecer ao agricultor assistência técnica, programas de crédito, além de difundir e inserir novas tecnologias. O Oeste do Estado de Santa Catarina possui, em sua grande maioria, a estrutura fundiária baseada na pequena propriedade, mas quem se beneficiou com a intervenção do Estado foram as grandes empresas. Segundo Goularti Filho (2001, p.237):

O bom desempenho da Sadia, Perdigão, Ceval, Coopercentral, Chapecó, Macedo não pode ser explicado a partir da visão preconceituosa do empresário inovador e da forte ideologia do trabalho de Fontana, Brandalise, De Nes, Hering ou Macedo. Em boa medida, a explicação para o “sucesso” dessas empresas reside no longo processo de modernização conservadora e nas benesses da política agrícola (incluindo subsídios e financiamentos), deliberados pelo estado.

A década de 60 marca um o início de um novo período no Estado de Santa Catarina. Para Goularti Filho (2001, p.237):

Em 1962, começa um novo período em Santa Catarina, quando o capital industrial passa a ser o móvel da acumulação capitalista. A modernização da agricultura, com a mutação do complexo agrocomercial - dos moinhos e frigoríficos, que comercializavam produtos quase que in natura - para o complexo agroindustrial de carne, reforça e consolida o novo padrão de crescimento em Santa Catarina, comandado pelo Estado e pelas grandes e médias indústrias e agroindústrias.

Segundo Pertile (2008, p.129) “com a atuação do governo estadual em vários setores no Oeste de Santa Catarina, ocorre a expansão das empresas agroindustriais”. A consolidação das agroindústrias no Oeste, que tem inicialmente como base o uso da estrada de ferro, passou posteriormente ao transporte por aquisição ou terceirização de caminhões ou aviões. Com o desenvolvimento das atividades, muitas empresas também investiram na aquisição de madeireiras para a confecção de caixarias (embalagens), no setor hidrelétrico e na distribuição dos produtos no território nacional, implementando filiais de vendas, com representações exclusivas, com o intuito de diminuir custos operacionais e aumentar o número do mercado consumidor. (ESPÍNDOLA, 1999, PERTILE, 2008). Para Goulart Filho (2001, p.241):

Até os anos 60, as pequenas propriedades apenas forneciam os suínos aos frigoríficos para o abate. Não havia uma relação de total dependência em relação aos frigoríficos, o grau de autonomia da pequena propriedade era maior com possibilidade de diversificação produtiva. Com o surgimento do sistema de fomento e de integrados, aumentou o grau de dominação do grande capital. O sistema de integrados funciona da seguinte forma: a empresa faz um contrato com o agricultor para criar os suínos ou as aves, mediante o fornecimento dos leitõezinhos e dos pintinhos, dá assistência técnica e revende a ração necessária para o rápido crescimento do animal, ficando a cargo do integrado entregar num período determinado. O agricultor fica engessado, obrigando-se a atender às rígidas regras impostas pelo grande capital.

Parte dos pequenos produtores rurais se inseriu no novo modelo de produção, enquanto outros foram excluídos do processo de integração, por não se adaptarem as novas exigências de produção. Esse modelo de integração tem por base a produção dos suínos e das aves na propriedade, onde o integrado (parceiro) deve dispor de pocilga ou aviário (estrutura física), mão de obra (familiar), e boa parte dos meios de produção necessários para a produção do animal na propriedade. O sistema agroindustrial subordinou a pequena propriedade ao grande capital, fazendo com que os produtores perdessem o controle do processo produtivo, mas continuassem se reproduzindo como pequenos produtores rurais. Contudo, conforme Pertile (2008, p. 130) “esses integrados encontram-se inseridos e subordinados pelo capital que mediante a exploração econômica, em múltiplos momentos apropria-se do trabalho excedente”. Ao agricultor restou acompanhar as constantes inovações tecnológicas impostas pelo complexo agroindustrial, para Pertile (2008, p.131):

Acompanhar as inovações tecnológicas tornou-se muito importante para as agroindústrias, uma vez que necessitavam acompanhar as evoluções exigidas

pelo mercado consumidor – resultado do concorrente mercado nacional e externo. Nesse contexto, os produtores são responsáveis por aplicar as inovações na produção da matéria prima e em tempo cada vez mais reduzido. Pode-se dizer que os integrados são os mediadores entre a tecnologia e alta produtividade. São eles que irão garantir a qualidade da matéria prima para o processamento industrial que, por sua vez, produz para um exigente mercado consumidor.

A banha, principal produto, comercializado pelas agroindústrias do Oeste, tem o seu consumo reduzido, sendo substituído pelo consumo de óleos vegetais. Ocorre a introdução dos instrumentos capazes de por em prática os mecanismos do processo de modernização, dentro da Revolução Verde que já se iniciava. Todas as mudanças e intervenções do capital na agricultura e na vida dos produtores ocorreram com um grande impacto na vida das pessoas, principalmente das que viviam no espaço urbano; A introdução de cultivos como o trigo e posteriormente a soja, trouxeram a difusão dos novos hábitos alimentares. A alimentação passou a ter como base a proteína animal com óleos vegetais, a cultura norte americana passa a ser introduzida nos demais países, ocorrendo uma padronização dos produtos, o trigo e a soja substituíram o milho e a mandioca, a manteiga foi trocada pela margarina. No estado de Santa Catarina o milho continuou sendo um produto importante, mas destinado a alimentação do suíno, a expansão da cultura da soja no ano de 1973. (LOHN, 2004). É a reestruturação do setor agrícola, para o industrial.

O período de reestruturação no processamento de carne suína, as agroindústrias precisam reorganizar o segmento agroindustrial, o suíno que a região oeste produzia não era o que mercado consumidor determinava, havia se criado um entrave à produção e comercialização de carne no oeste. O governo do Estado de Santa Catarina, interviu, com a busca no exterior de espécies de suíno adequadas aos novos padrões de consumo, com o intuito de oferecer maior rendimento de carne no porco. O objetivo não era mais o de produzir banha, mas sim carne. A empresa Sadia, no oeste de Santa Catarina, foi à primeira a adequar-se aos novos padrões do mercado consumidor, introduzindo a raça norte americana de suíno Duroc-Jersey. (PERTILE, 2008). Segundo Pertile (2008, p. p.128) “e assim, deu-se o início de todo um processo de substituição dos suínos de espécie que apresentavam muita banha, por espécies, cada vez mais modificadas, que apresentassem a menor quantidade de banha possível”. Segundo Pertile (2008, p.128),

a partir da década de 1970, dentro da chamada “modernização da agricultura” brasileira, o estado de Santa Catarina criou um conjunto de assistência técnica e programas de crédito voltados à agricultura. O objetivo dos Governos era difundir as inovações tecnológicas com a finalidade de aumentar a produção e a produtividade agropecuária para atender ao mercado consumidor que, a partir desse momento, estava crescendo e diversificando-se, especialmente nas áreas urbanas.

Um dos determinantes na consolidação das agroindústrias foi à especialização na produção de suínos, o resultado das agroindústrias são a transformação do capital mercantil para industrial, com a forte atuação do estado. Segundo Pertile (2008, p.132) “A forma lenta de acumulação que teve o capital mercantil tomou proporções maiores e rápidas com o “auxílio” do projeto nacional de industrialização e do planejamento estadual”. Para que estas mudanças acontecessem no Oeste, necessitariam especialmente de suporte institucionais, financeiros e investimentos em infraestrutura social. O Estado tem em seu âmbito nacional ou estadual a articulação de recursos que o capital industrial no Oeste necessitava, com a intervenção na economia, facilitava o processo de acumulação capital, o que viabilizou as condições de produção. (PERTILE, 2008). Para Goularti Filho, (2001, p.237):

Nos meados dos anos 70, havia em Santa Catarina cerca de 16 frigoríficos, sendo cinco de grande porte – Sadia, Perdigão, Seara e Saulle Pagnoncelli – e os demais de médio e pequeno porte. Entre os de médio e pequeno porte, podemos destacar o Safrita, Localizado no município de Itapiranga, no extremo oeste, fundado em 1962; o Fricasa (Frigorífico Canoinhas S. A.), em Canoinhas no ano de 1962; o Unifrico (União Veloense de Frigoríficos), em Salto Veloso, no meio oeste, fundado por um grupo de agricultores e suinocultores em 1963; a Indústria Reunidas Ouro, fundada nos anos 60; e o Frisulca (Frigorífico Sul Catarinense), em Criciúma, fundado em 1963. Nos anos 70, surgem a Macedo Koerich, em Florinópolis, em 1973, a Agro Eliane em Criciúma, do Grupo Gaidzinski, em 1973, o Frigorífico Rio Sulense, em Lages, em 1973; e o Friscar (Frigorífico São Carlos), em São Carlos, no oeste [...].

De acordo com Cleto Malmann (2014, entrevista), o Frigorífico São Carlos, também conhecido como Friscar, anteriormente Indústria de Suínos São Carlos (Iscasa), foi fundado no ano de 1969, por iniciativa local de alguns empresários do município, onde os agricultores compraram ações, que o dariam participação na lucros do empreendimento. As máquinas do Frigorífico eram de origem alemã, recebidos do país por doação à Iscasa. Empresários locais que se encontravam a frente do empreendimento se deslocaram a Alemanha, para o ajuste final

da vinda dos equipamentos. No entanto, o Frigorífico Iscasa, não entrou em atividades, devido a impossibilidade financeira de término da obra, a associação Iscasa, no ano de 1971, veio a ser adquirida pelo empreendedor Auri Shuynasky, fundando o Frigorífico São Carlos (Friscar).

Em Novembro de 1971, a Friscar iniciou o abate de suínos, tendo a frente, o Senhor Auri Shuynasky. O frigorífico fazia o abate diário de 450 a 500 porcos. Os animais eram provenientes de municípios próximos da cidade de São Carlos, como Palmitos, Planalto Alegre, Pinhalzinho, Xaxim, Xanxerê, Saudades, Modelo, do lado catarinense, e Alpestre, Irai e Planalto do lado gaúcho (Cleto Malmann, 2014, entrevista).

A grande maioria dos suínos era de origem de pocilgas, comprado por quilo. No período existia o intermediador do suíno, que comprava o suíno do produtor rural e repassava a unidade frigorífica. Na época, além da criação fechada praticada por colonos, conforme o depoimento de Cleto Malmann (2014, entrevistado) o Frigorífico Friscar recebia suínos da região de Campo Erê, porcos criados por caboclos, os animais eram criados no meio do mato. Estes criadores, conhecidos como safristas, soltavam os porcos ao meio do milho, no mato, quando se encontravam com um peso aproximado de 120 a 200 kg, eram capturados e remessados ao município de São Carlos para o abate. A carne era separada de acordo com a gordura que o animal tivesse, os que não possuíam quase banha eram destinados à produção de mortadela. Além da banha, produziam salame, mortadela, salgavam carnes a cortes especiais, costelas, pernil, lombo do porco.

O maior mercado consumidor da banha era o Estado de Minas Gerais, os cortes especiais concentravam-se na região sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro). O Frigorífico Friscar empregou no período em torno de 150 pessoas de forma direta, indireta em torno de 400 pessoas. A comercialização dos produtos ocorria sob a marca Friscar.



Figura 7: Parque industrial na década de 1970. Frigorífico São Carlos – FRISCAR.

Fonte: Fundação Aury Bodanese.

De acordo com Cleto Malmann (2014, entrevista) na parte térrea do Frigorífico funcionava a salga, banheira, a parte de expedição e graxearia, no 2º piso separação de cortes e desosse, no 3º piso encontrava-se a sala de matança, em edifício anexo oficina e caldeira, além de pocilga para descanso dos animais antes do início do abate, estação de tratamento de água. Junto ao Frigorífico funcionou por um período curto a fábrica de sabão, para o aproveitamento dos resíduos dos suínos. No interior do frigorífico havia também uma fábrica de caixaria, para a fabricação própria das embalagens.

O transporte dos animais até a unidade frigorífica ocorria por meio de carroça tracionada por bois, os mais distantes chegavam por meio de caminhões, no ano de 1976 a atividade frigorífica entrou em decadência, entrando em falência. Entre os motivos, segundo Cleto Malmann (2014, entrevista), estariam à má gestão da administração da unidade.

O Frigorífico São Carlos encontrava-se no dia 16 de setembro de 1977, em estado de hipoteca com o Banco do Brasil. O imóvel foi obra de penhora em favor de Anildo Boita e outros. No dia 31 de Dezembro de 1979, foi lavrada escritura pública de compra e venda com garantia hipotecaria ou fidejussória, com registro no livro nº 67, fls. 93 a 106, do cartório do 2º

Tabelionato e comarca de Chapecó – SC, ao na época proprietário das benfeitorias do Frigorífico Friscar, Banco do Brasil S/A, instituição financeira pública, ao Frigorífico Chapecozinho S/A. Na compra, foi adquirido todo o imóvel da Friscar, com as respectivas benfeitorias, constituídas por um prédio de 900m² de alvenaria de área construída, com escritório, depósito e fábrica, além de duas casas de madeira e um galpão, maquinário incluso ao preço de Cr\$ 2.908.975,00 sendo que o valor de Cr\$ 385.000,00 deveriam ser pagos no momento da assinatura do contrato, e o restante no prazo de cinco anos, tendo um ano de carência, vencendo as demais parcelas no dia 31 de dezembro de cada ano. (CERTIDÃO DE MATRICULA FRISCAR, 1980, ESCRITURA DE COMPRA, 1980).

A empresa Chapecozinho S/A pertencia Empresa S.A. Indústria e Comércio Chapecó. Atualmente, o município de São Carlos, não possui nenhuma unidade de grande porte de industrialização e abate de suíno, a partir do fechamento da Unidade da Chapeco Alimentos, em dezembro de 1996, conforme Perfil empresário (1997, p.02):

A outra unidade industrial da Empresa, voltada para o setor de suínos, está localizada na cidade de São Carlos (SC), instalada numa área de 126,2 mil metros quadrados e tem área construída de 4,1 mil metros quadrados. Está paralisada desde Dezembro/96, por tempo indeterminado.

Nenhuma unidade industrial de grande porte encontra-se atualmente em funcionamento no município. Existem apenas pequenos frigoríficos que abatem suínos e gado bovino em pequena quantidade, e os produtores rurais encontram-se, na grande maioria, integrados a Cooperativa Auriverde, Aurora Alimentos e BRF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar a colonização do oeste de Santa Catarina, o que se percebe é a vinda de migrantes oriundos do Rio Grande do Sul em sua maioria, para ocupar as terras do oeste, porém estas terras já eram ocupadas, por indígenas e caboclos que viviam na floresta e campos. A maior parte desta leva de colonos passou a dedicar-se a atividade da agricultura, além da produção de suínos, para a venda nas fábricas de banha, unidade frigorífica e casas comerciais. Originando a pequena produção mercantil, além do excedente mercantil das casas comerciais. Ao buscar compreender a colonização do município, a pesquisa procurou também refletir o processo de colonização, a partir da vinda das famílias, suas principais dificuldades, anseios e incoerências, com o que havia sido descrito nas propagandas feitas pelas companhias colonizadoras, como a Sul Brasil, bem como sua relação com o colono.

A modernização agrícola, após os anos 50 marcou o fim da pequena produção mercantil com o término da comercialização de produtos in natura. Nesse período, profundas mudanças na agricultura passaram a ocorrer. Ocorreu a introdução da modernização da agricultura Brasileira por meio da difusão da Revolução Verde. A intensificação do processo de urbanização, e uma maior absorção da mão de obra na indústria. O Complexo Agroindustrial se consolida no oeste de Santa Catarina, a partir da década de 60, com incentivo do Estado, e na integração do fornecimento da matéria prima na agroindústria.

Em relação aos dados sobre pequena produção mercantil na cidade, observou-se a iniciativa de vários migrantes, no intuito de se tornarem proprietários dos meios de produção, porém a maior parte dos empreendimentos, não conseguiu prosperar diante dos diferentes momentos econômicos. Apenas a estrutura física do Frigorífico Friscar permanece, porém em ruínas. O restante são frustrações dos habitantes que vivenciaram o período, por empreendimentos que em virtude de má gestão, ou mesmo condições econômicas adversas, não resistiram. A principal mágoa é referente ao Friscar, observou-se na fala dos moradores da cidade, onde os trabalhadores da Friscar e a sociedade em geral, tem consciência do fracasso e do atraso econômico que a cidade sofreu, por esses empreendimentos não vingarem, muitos dizem que a São Carlos que conhecemos hoje, não seria a mesma, visto que o Frigorífico era considerado o mais moderno da época, com equipamentos oriundos da Alemanha, dos anos de 1968 a 1972, não sendo equipamentos que se encontravam em fase de sucateamento.

Atualmente na cidade não há nenhum Frigorífico deste porte, porém o município continua com a tradição da produção de suínos, associados às cooperativas que são parceiras do sistema agroindustrial. Na área do antigo frigorífico encontra-se em construção e funcionamento o Parque industrial do município de São Carlos – SC.

ENTREVISTAS:

ARENHARDT, Camilo. Camilo Arenhardt. : Depoimento [Out.2014]. Entrevistador (a): DEIMLING, Cristiane. São Carlos – SC, 2014. MP4 áudio. Entrevista concedida ao Projeto de extensão intitulado Memória histórico-geográfica do Planalto e Oeste de Santa Catarina: imagens e oralidades.

HINTERHOLZ, Leoniza. Leoniza Hinterholz: Depoimento [Out.2014]. Entrevistador (a): DEIMLING, Cristiane. São Carlos – SC, 2014. MP4 áudio. Entrevista concedida ao Projeto de extensão intitulado Memória histórico-geográfica do Planalto e Oeste de Santa Catarina: imagens e oralidades

HOSS, Palmira. Palmira Hoss: Depoimento [Nov.2014]. Entrevistador (a): DEIMLING, Cristiane. São Carlos – SC, 2014. MP4 áudio. Entrevista concedida ao Projeto de extensão intitulado Memória histórico-geográfica do Planalto e Oeste de Santa Catarina: imagens e oralidades.

HOSS, Atílio. Atílio Hoss: Depoimento [Set.2014]. Entrevistador (a): DEIMLING, Cristiane. São Carlos – SC, 2014. MP4 áudio. Entrevista concedida ao Projeto de extensão intitulado Memória histórico-geográfica do Planalto e Oeste de Santa Catarina: imagens e oralidades

WERLANG, Dulce. Dulce Werlang. : Depoimento [Out.2014]. Entrevistador (a): DEIMLING, Cristiane. São Carlos – SC, 2014. MP4 áudio. Entrevista concedida ao Projeto de extensão intitulado Memória histórico-geográfica do Planalto e Oeste de Santa Catarina: imagens e oralidades

SPECHT, Guido. Guido Specht: Depoimento [Nov.2014]. Entrevistador (a): DEIMLING, Cristiane. São Carlos – SC, 2014. MP4 áudio. Entrevista concedida ao Projeto de extensão intitulado Memória histórico-geográfica do Planalto e Oeste de Santa Catarina: imagens e oralidades.

FONTES OFICIAIS:

BRASIL. Republica Federativa do Brasil. Estado de Santa Catarina. Comarca e município de Palmitos. Certidão. Matrícula nº1. 929. 04f.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRANDT, Marlon. **Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo – SC: do Contestado à colonização.** 2007, 310 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

BRANDT, Marlon. SILVA, Naiara Sampaio. **A coleta da erva-mate pela população cabocla do Vale do Rio do Peixe e Oeste de Santa Catarina:** apropriação privada da terra e rupturas (décadas de 1900 a 1940). Uberlândia, 26 (3): 459-469, set/dez/2014.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). Paisagens textos e identidade. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2004.

ESPÍNDOLA, Carlos Jose. **As agroindústrias do oeste Catarinense: O caso Sadia.** 1996. 309f. Dissertação. (Mestre em Geografia). - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas.

_____. **As agroindústrias no Brasil: O caso Sadia.** Chapecó: Editora Grifos; 1999. 263p.

FERRARI, Maristela. **Conflitos e povoamento na zona de fronteira internacional Brasil-Argentina:** Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (MNES. ARG). 2003. 290 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina.** 2001.391f. Tese (Doutorado em economia) – Instituto de economia, Universidade Estadual de Campinas, SP.

_____. **A formação econômica de Santa Catarina.** Porto Alegre, v.23, n2, p 977 – 1007,2002.

HEINSFELD, Adelar. **A geopolítica de Rio Branco:** as fronteiras nacionais e o isolamento argentino. Joaçaba: Unoesc, 2003.

HEWIG, Tutz Culmeyer. **A filha do pioneiro;** por Ilga k. Knorr; Trad. Por Ricardo Meyer. - - São Carlos: Prefeitura Municipal de São Carlos, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Histórico do Município**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acessado em: 01 Nov. 2014.

KERBES, Zenaide Ines Schmitz. **Conhecendo São Carlos**. São Carlos: Gráfica Editora Porto Novo, 2004.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. A cidade contra o campo. In: **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.p.41-60.

MATTOS. Silveira Júlia. SENNA. Kivanski Adriana. **História Oral como Fonte: problemas e métodos**. Historia. Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011.

MAPA INTERATIVO. **Município**. Disponível em: <http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br>. Acessado em: 01 Nov. 2014.

MORAES. Antônio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, território, periferia**. 1º ed. São Paulo, Annablume Editora. 2006.

NODARI, Eunice Sueli. **Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras**. Florianópolis. 29-51, V. 10, n. 10. 2002.

PERFIL EMPRESARIAL – Indústria e Comércio Chapecó. Informações atualizadas até junho de 1997.

PERTILE, Noeli. **Formação do espaço Agroindustrial em Santa Catarina: O processo de produção de carnes no Oeste catarinense**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia).Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, **Histórico**. Disponível em <http://www.saocarlos.sc.gov.br>. Acesso em: 01 Nov. 2014.

RADIN, José Carlos. Aspectos do processo de colonização no oeste catarinense. In: TEDESCO, João Carlos. (Org.). Colonos, colônias & colonizadores: Aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil. Passo Fundo: Ed. Clio, 2008. p. 99 – 114.

RENK, Arlene Anélia. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.

WAIBEL, Leo. **Princípios da colonização européia no sul do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, Ano 11, n. 2, abr./jun.1949.

WERLANG, Alceu Antonio. O Processo de Colonização no Oeste de Santa Catarina: a atuação da Cia. Territorial Sul Brasil. In: **Cadernos do CEOM**, ano 9, n. 9, Chapecó: UNOESC, Julho de 1995.

_____. Colonização Ítalo-brasileira, Teuto Brasileira e Teuto-russa no oeste de Santa Catarina. A atuação da CIA. Territorial Sul Brasil. In: **Cadernos do CEOM**, ano 13,n 11:Chapecó: Unoesc, Agosto de 1999.

_____. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense**: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil / Alceu Antonio Werlang. – Chapecó: Argos, 2006.